
CAPÍTULO V

A CONTRIBUIÇÃO DA UEM PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE

Jamisse Uilson Taimo

António Cipriano Parafino Gonçalves

1. Introdução

A história do ensino superior em Moçambique, principalmente no que diz respeito à sua expansão está, de certa forma, directamente vinculada às fases da história política do país: colónia de Portugal, País independente de orientação socialista e a democracia multipartidária de orientação neoliberal. Em cada uma dessas fases da história política de Moçambique, a educação superior ganhou feições de acordo com os interesses políticos em jogo, influenciados, em parte, pela conjuntura económica. Por isso, dentro da política colonial de manter os povos colonizados submissos, somente foi na segunda metade do século XX, naquilo a que Gramsci (2004) denomina de revolução passiva, face aos movimentos nacionalistas que ecoavam pela África (COMITINI, 1980), que o Governo colonial criou a primeira Instituição de Ensino Superior na então província Ultramarina de Moçambique: os Estudos Gerais de Moçambique, através do Decreto n.º 44.530, de 21 de Agosto de 1962, e depois transformados em Universidade de Lourenço Marques, através do Decreto n.º 48790, de 23 de Dezembro de 1968.

Até a altura da independência de Moçambique (Junho de 1975), a Universidade de Lourenço Marques era a única Instituição de Ensino Superior (IES) em Moçambique, implantada na Cidade de Lourenço Marques, actual Maputo, no sul do País. Como sublinha Gonçalves (2018), o ensino superior na então província ultramarina foi criado para atender às aspirações dos filhos da burguesia colonial e de alguns ex-nativos que tinham deixado a condição de indígenas e lhes tinha sido conferido o estatuto de assimilado. Até à criação dos Estudos Gerais de Moçambique, a frequência ao ensino superior era feita em Portugal, pelo que somente as elites com condições e alguns assimilados conseguiam enviar os seus filhos para frequentar o ensino superior na metrópole. Até a altura da independência de Moçambique, cerca de 3.000 (três mil) estudantes frequentavam a Universidade de Lourenço Marques (GONÇALVES, 2018).

A proclamação da independência e as opções políticas tomadas pelo então Governo do dia, levaram a que o Estado assumisse, para si, o monopólio de oferta dos principais serviços na área social: educação, saúde, habitação e transporte. A materialização do monopólio do Estado em oferecer esses serviços, além da Constituição do País, fez-se sentir através da lei das nacionalizações tendo em vista a estender as conquistas revolucionárias para as maiorias sociais e da Lei do Sistema Nacional de Educação (Lei n.º 4/83 de 23 de Marco).

A lei acima referida estabelece que cabe ao Estado dirigir, planificar e controlar a educação e garantir a laicidade no quadro dos objectivos fundamentais consagrados na Constituição (MOÇAMBIQUE. Constituição da República, 1985, p. 111). É por essa razão que, de 1975 a 1992, a educação em Moçambique era oferecida pelo Estado. Dado que a Educação era tarefa exclusiva do Estado, no que diz respeito ao ensino superior, a sua expansão dependia das decisões do Governo desse mesmo Estado. Em 1976, a Universidade Lourenço Marques foi transformada em Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao fundador e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Doutor Eduardo Chivambo Mondlane, falecido a 3 de Fevereiro de 1969 e Professor *Honoris Causa* pela Universidade Eduardo Mondlane.

O presente texto descreve e analisa a contribuição da Universidade Eduardo Mondlane no desenvolvimento do Ensino Superior em Moçambique e insere-se no campo da história da educação de Moçambique. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, com recurso à pesquisa bibliográfica e documental sobre o ensino superior em Moçambique. Também, usando métodos da história, por critério de significância, foram entrevistados, durante o mês de Março de 2021, alguns actores-chave que estiveram directamente envolvidos na criação de Instituições de Ensino Superior Públicas. Pretendia-se, a partir da experiência de trabalho dessas individualidades, registar factos ocorridos no processo de criação das referidas instituições para se constituírem em documentos históricos, como nos ensina Le Goff (1994), e memória do ensino superior em Moçambique. O texto está organizado em duas partes. Na primeira, descrevemos, de forma resumida, a história do ensino superior em Moçambique, bem como a magnitude do seu desenvolvimento: a criação das Instituições de Ensino Superior no País e a expansão quantitativa sob ponto de vista de acesso. Na segunda parte, através da análise do conteúdo das entrevistas, tentamos descrever como a Universidade

Eduardo Mondlane contribuiu para o desenvolvimento da educação, no geral, e do ensino superior, em particular, tomando como referência três IES públicas.

2. A educação superior em Moçambique pós-independência: percursos

Entre 1975 e 1984, a UEM era a única referência de Ensino Superior em Moçambique, até a criação do Instituto Superior Pedagógico (1985), pelo Despacho Ministerial n.º 73/85 do Ministério da Educação e Cultura e o conseqüente encerramento da Faculdade de Educação da UEM. Em 1986, foi criado o Instituto Superior de Relações Internacionais, através do Decreto n.º 1/86, de 05 de Fevereiro. A partir de 1990, assistiu-se à expansão do Instituto Superior Pedagógico, através da criação de uma delegação na cidade da Beira (centro) e, mais tarde, na cidade de Nampula (norte). O Instituto Superior Pedagógico, como o nome sugere, visava a formação de profissionais de educação - sobretudo professores para o ensino secundário e também de gestores do sistema. Por isso, a existência de uma instituição dessa natureza, no entender dos planificadores do País, não se justificava a manutenção de uma Faculdade de Educação na UEM, pelo que se encerrou esta unidade orgânica.

Em 1995, o Decreto n.º 13/95, de 25 de Abril regulamentou a transformação do Instituto Superior Pedagógico em Universidade, passando a denominar-se Universidade Pedagógica de Moçambique (UP), continuando, contudo, a desempenhar a mesma função: a formação de profissionais de educação para o ensino básico e secundário¹. Depois, seguiu-se o expansionismo dessa recém universidade, através da instalação de delegações nas capitais provinciais de Sofala, Zambézia (centro) e Nampula (norte). Até ao ano 2019, altura da sua extinção, a Universidade Pedagógica fazia-se presente em todas as 11 províncias de Moçambique.

Desde a Independência até 1986, o País contava com três instituições de ensino superior, em que a Universidade Eduardo Mondlane era a que constituía a principal referência no campo desse nível de Ensino. A não criação de outras Instituições de Ensino Superior no País, mantendo a UEM como referência única, no texto das Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação, como observa Gonçalves (2018), é explicada com base no

¹ A fragilidade institucional aliada à lentidão na implementação de políticas públicas para a formação em nível de pós-graduação, a nosso ver, constitui uma das razões pelas quais os graduados das instituições de ensino superior sejam recrutados como docentes universitários. Assim, mesmo que a formação na Universidade Pedagógica seja direccionada para profissionais a actuarem nos níveis básico e secundário do ensino, alguns destes acabam exercendo a sua actividade nas IES, o que, provavelmente, tem tido implicações na qualidade de ensino oferecido nessas instituições.

argumento de baixo número de estudantes egressos do ensino secundário em Moçambique. Para Taimo (2010), a manutenção da UEM como única Instituição de Ensino Superior deveu-se ao facto de o País possuir poucos professores com qualificação para leccionarem no ensino superior. Conforme explica, aquando da independência nacional, os professores portugueses qualificados abandonaram Moçambique, deixando a universidade com poucos recursos humanos. A solução encontrada pelo Governo moçambicano foi a contratação de professores estrangeiros, principalmente do bloco socialista – os chamados cooperantes. Em 1986 foi criado o Instituto Superior de Relações Internacionais, através do Decreto n.º 1/86 de 5 de Fevereiro do Conselho de Ministros, para a formação de Diplomatas (GONÇALVES, 2018).

Depois da criação do Instituto Superior Pedagógico, o País teve que esperar mais dez anos para o aparecimento de outras IES, mas de carácter privado, no âmbito da reorganização política e económica do Estado moçambicano. Embora o marco dessa reorganização tenha sido o ano de 1987 – com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), renunciando o fim do projecto socialista que, oficialmente, começou a vigorar a partir de 1977² – as conversações entre o Governo de Moçambique e as Instituições de Bretton Woods iniciaram por volta de 1982. Segundo Taimo (2010), em 1986, Moçambique e o Banco Mundial assinaram um acordo de cooperação para a recuperação económica do País. Tal acordo significou que Moçambique deveria abandonar a política de planificação centralizada para adoptar princípios do mercado, de acordo com o receituário neoliberal. Em termos jurídicos, somente foi em 1990 que uma nova Constituição foi aprovada e promulgada em Moçambique, onde estão expressos os princípios do mercado como a lógica orientadora das relações sociais e económicas no País.

No contexto dessas mudanças político-económicas em Moçambique, em 1992 foi aprovada uma nova lei educacional, a Lei n.º 6/92, de 06 de Maio que revogou a Lei n.º 4/83, de 23 de Março. A justificativa apresentada para a promulgação da nova lei educacional foi “a necessidade de reajustar o quadro geral do sistema educativo e adequar a Lei n.º 4/83, de 23 de Março às condições sociais e económicas do País, tanto sob ponto de vista pedagógico quanto o organizativo” (MOÇAMBIQUE. Lei n.º 6/92, 1992). No campo

² III Congresso da FRELIMO.

económico, a nova lei educacional inseria a educação moçambicana dentro dos princípios da economia de mercado. Com efeito, o Estado moçambicano, através da nova lei educacional, permitia que outras entidades, tais como as comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas participassem do processo educativo (art.1).

Foi neste quadro jurídico-legal que a Conferência Episcopal de Moçambique submeteu, a 29 de Março de 1993, ao Ministério da Educação, a proposta de criação da Universidade Católica de Moçambique, com sede na Cidade da Beira (centro) e com uma Delegação na Cidade de Nampula (norte). A implantação da Universidade Católica, nessas duas regiões, visava criar um equilíbrio da oferta do Ensino Superior, considerando a localização da única universidade até então existente. A Universidade Católica foi aprovada pelo Decreto n.º 43/95, de 14 de Setembro, do Conselho de Ministros e começou a funcionar em 1996. No mesmo ano, também foi aprovado o Instituto Superior Politécnico e Universitário, pelo Decreto n.º 44/95, de 13 de Setembro, tendo iniciado as suas funções em 1996. Posteriormente, em 2007, o Instituto foi transformado em Universidade Politécnica, através do Decreto n.º 42/2007 de 07 de Agosto. No ano de 1996, através do Decreto n.º 46/96, foi criado o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM). Dois anos depois, através do Decreto n.º 13/98, de 17 de Março, foi criada a Universidade Mussa Bin Bique para, no ano seguinte, ser criado o Instituto Superior de Transportes e Comunicação (ISUTC), através do Decreto n.º 32/99, de 04 de Junho.

Passados seis anos, através do Decreto n.º 42/2002, de 26 de Dezembro, foi criada a Universidade Técnica de Moçambique para, em 2004, ser autorizada a criação da Universidade São Tomás de Moçambique, através do Decreto n.º 29/2004, de 20 de Agosto de 2004.

O período compreendido entre 1992 e 2005, com excepção da Academia de Ciências Policiais, (criada em 1999), do Instituto Superior de Ciências de Saúde (criado em 2003) do Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (criado em 2004), da Escola Superior de Ciências Náuticas (criada em 2004), no que diz respeito ao ensino superior, foi caracterizado pelo que Gonçalves (2018) denomina de expansão privatista: a emergência de IESs privadas no lugar das públicas, dentro da lógica da economia do mercado, por um lado, mas também para garantir um maior acesso, por outro lado. A Universidade Eduardo Mondlane continuava a ser a única IES pública de

carácter universitário com cursos que abrangem todas as áreas do saber, facto que não acontecia com a Universidade Pedagógica, cuja vocação estava na formação dos profissionais de educação. Entretanto, a localização geográfica da UEM constituía um desafio no que diz respeito ao maior acesso ao ensino superior público por todos os moçambicanos, para além da Universidade Pedagógica.

Como forma de democratizar o acesso ao ensino superior público fora da região sul do País, o Estado moçambicano inicia com o processo de criação de novas Instituições de Ensino Superior Públicas. Em Agosto de 2004, o Governo moçambicano, através do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de Moçambique, anunciou a proposta da criação, a um só tempo, de três novas instituições públicas de ensino superior em Moçambique, nas províncias de Gaza (sul), Manica e Tete (centro). Desta forma, em 2005, através de Decretos separados, o Decreto n.º 30/2005, de 23 de Agosto de 2005, foi criado o Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG), o Decreto n.º 31/2005, de 23 de Agosto, cria o Instituto Superior Politécnico de Manica e o Decreto n.º 30/2005, de 23 de Agosto, o Instituto Superior Politécnico de Tete.

Cabe sublinhar que, até o final do ano de 2004, as províncias de Gaza, Manica e Tete (as duas últimas localizadas no interior da região centro de Moçambique), eram as únicas que não dispunham de qualquer instituição de ensino superior. É para estas três províncias que foi projectada a implantação dos Institutos Superiores Politécnicos, como parte da implementação do Plano Estratégico do Ensino Superior, (2000 – 2010).

O processo de criação dos Institutos Superiores Politécnicos, os primeiros no Sistema Público de Ensino moçambicano, segundo os registos contidos nos arquivos do então Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, datam de 2002, tendo comportado diversas fases. Começou com a aprovação da nova lei do ensino superior, em Dezembro de 2002, promulgada pelo Presidente da República em Janeiro de 2003, passou pela realização do Primeiro Seminário Nacional sobre as Politécnicas (Agosto de 2003), o estudo de viabilidade para a abertura de institutos politécnicos em Gaza, Manica e Tete (2003), a criação de uma equipa internacional envolvendo moçambicanos, holandeses, sul-africanos e cubanos (Março de 2004) e o segundo seminário nacional sobre a matéria (Junho, 2004). O ponto culminante foi o anúncio oficial da proposta decisória de criação os referidos institutos. Em 2008, foi criado o Instituto Superior Politécnico de Songo, na Província de Tete, através do Decreto n.º 22/2008, de 27 de Julho.

O Estado propôs a criação dos referidos institutos com base no argumento de que eles poderiam contribuir para corrigir assimetrias regionais e desigualdades sociais em Moçambique, expressas no acesso ao ensino, especialmente o de nível superior. De acordo com os autores citados, os Institutos Superiores Politécnicos representavam um modelo para a expansão diferenciada do ensino, constituindo-se na “marca social” da escola superior: um tipo diferente de formação para cada grupo social. Tal diferenciação escolar consolida-se, justamente, no momento em que o Governo, apesar de se assumir como sendo de orientação socialista, realiza políticas baseadas em modelos educacionais oferecidos em sociedades capitalistas e neoliberais, que se caracterizam pela exclusão social. A expansão do ensino superior público em Moçambique é, certamente, algo positivo para qualificar a população. Entretanto, a desigualdade educacional, que marca a proposta dos Institutos Superiores Politécnicos, contribui para aprofundar as diferenças sociais, embora tenham sido implantados em nome da superação das desigualdades.

Tendo em vista as condições de pobreza do País, as assimetrias regionais e a elevada crise fiscal sempre anunciada pelo Governo, uma proposta democrática para a expansão do ensino superior público e de qualidade foi aquela avançada pelo Governo a partir de 2006: as universidades públicas regionais, uma na zona Sul, uma no Centro e outra no Norte. Trata-se de universidades públicas que pudessem propiciar uma formação geral e técnica, capaz de preparar os indivíduos para produzirem os conhecimentos necessários para o desenvolvimento técnico e científico do país.

Com efeito, através do Decreto n.º 50/2006, de 26 de Dezembro, foi criada a Universidade Lúrio – UniLúrio – com sede na província nortenha de Nampula. Os seus *campi* estenderam-se pelas províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, portanto, três províncias que compõem a região norte de Moçambique. Um ano depois, foi criada a Universidade Zambeze – UniZambeze – com sede na Cidade da Beira, centro do País, e os *campi* espalhados pelas quatro províncias do Centro de Moçambique, nomeadamente Manica, Tete, Zambézia e Sofala. Tratou-se de uma expansão regional do Ensino Superior Público de carácter universitário, ofertando cursos em quase todas as áreas de

conhecimento³. Em 2008, foi aprovado o Decreto n.º 27/2008 que cria a Escola Superior de Jornalismo como Instituição Pública de Ensino Superior, situada na cidade de Maputo.

3. A expansão do acesso à educação superior em Moçambique

A secção anterior descreveu o processo histórico do desenvolvimento do Ensino Superior em Moçambique, desde a criação da primeira instituição até ao ano 2015. Nesta secção, pretendemos abordar a magnitude do desenvolvimento da educação superior, mapeando, primeiro, as instituições por ano de criação, sua tipologia e, segundo, apresentando, de forma global, a população estudantil. Podemos considerar que, com a criação da Escola Superior de Jornalismo, em 2008, o ensino público sofreu uma nova estagnação no que diz respeito à sua expansão, o que não ocorreu com o ensino privado, conforme se pode depreender a partir da Tabela 1:

TABELA 1 - Cronologia da expansão do ensino superior (1975 - 2015)

Descrição	1975 - 1985	1986 - 1995	1996 - 2005	2006 - 2015	2016 - 2020
Novas instituições públicas	1	1	9	6	17
Novas instituições privadas	0	2	11	18	-

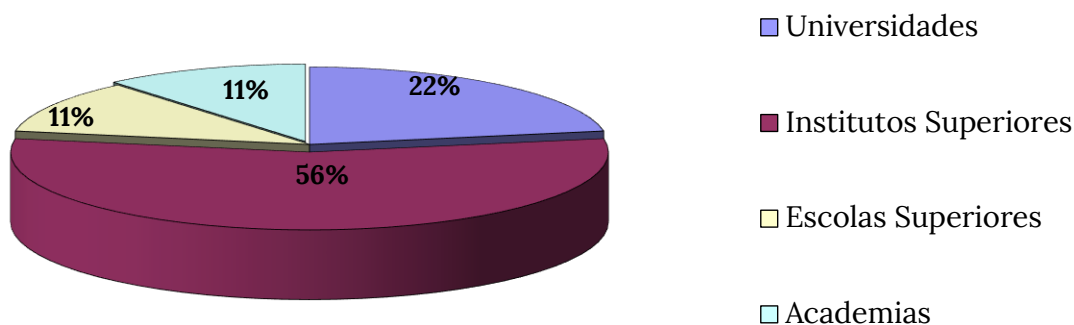
Como se pode depreender, até 1995, eram duas Instituições de Ensino Superior privadas contra três de Ensino Superior público. O crescimento das Instituições de Ensino Superior privadas, em cada intervalo de 10 anos foi sempre maior em relação ao do ensino superior público. O maior crescimento do ensino superior público verificou-se no intervalo entre 1996 e 2005. Uma análise mais detalhada indica que todas as instituições públicas criadas neste período não eram universidades, ao contrário do ensino privado que, das 11 instituições criadas, quatro eram universidades, mesmo que tal seja nominalmente.

Como se pode depreender, até 1995, eram duas Instituições de Ensino Superior privadas contra três de Ensino Superior público. O crescimento das Instituições de Ensino Superior privadas, em cada intervalo de 10 anos foi sempre maior ao ensino superior público. O maior crescimento do ensino superior público verificou-se no

³ Em 2003, a Universidade Eduardo Mondlane implantou uma Delegação na Cidade da Beira, oferecendo o curso de Direito. Mais tarde, essa delegação foi incorporada na UniZambeze.

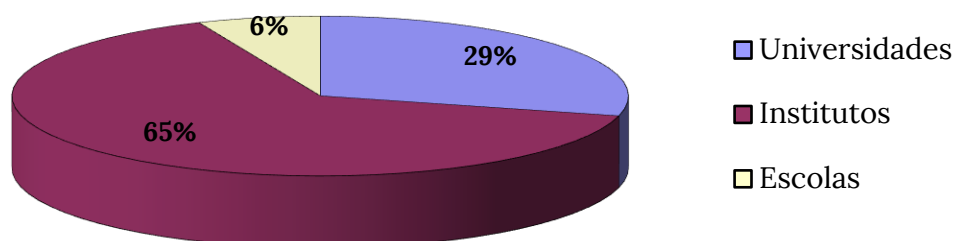
intervalo entre 1996 e 2005. Uma análise mais detalhada indica que todas as Instituições Públicas criadas neste período foram não universitárias, ao contrário do Ensino Privado que, das 11 Instituições criadas, 04 foram universitárias, mesmo que nominalmente.

Até o ano 2015, o País contava com um total de 49 Instituições de Ensino Superior, (entre Universidades, Institutos Superiores, Escolas e Academias) entre as quais, 18 públicas e 31 Instituições privadas. A diferenciação institucional, tanto para o ensino público quanto para o ensino privado, até 2015, é ilustrada nos gráficos Figuras 1 e 2.



Universidades: 4; Institutos Superiores: 10; Escolas Superiores: 2; Academias: 2.

FIGURA 1 - Número de instituições de Ensino Superior Privadas, por tipologia, até ao ano 2015

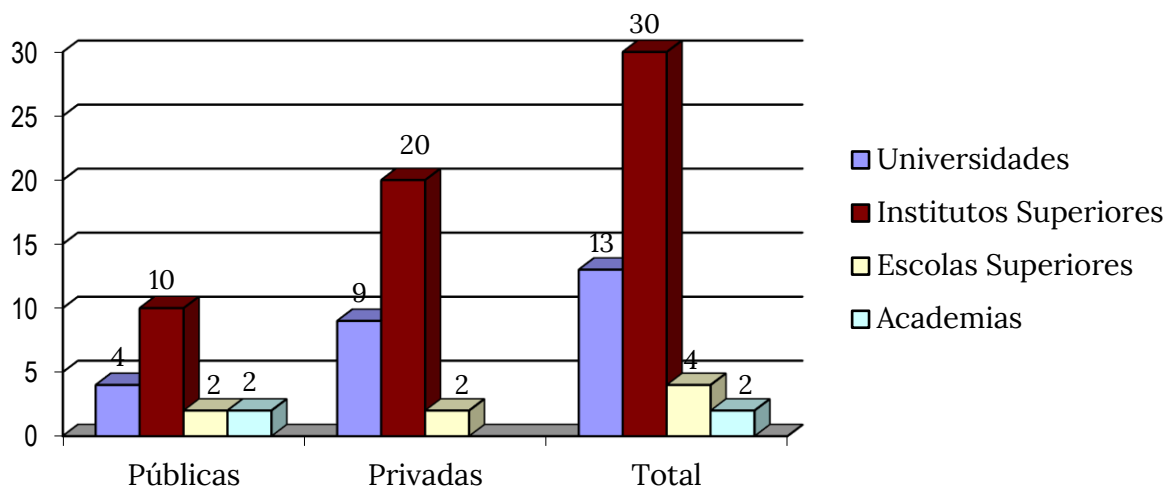


Universidades: 9; Institutos Superiores: 20; Escolas Superiores: 2; Total IES (Privadas): 31

FIGURA 2 - Instituições Privadas de Ensino Superior em Moçambique

A Figura 3 faz a comparação do crescimento observado entre as instituições públicas e privadas. Note-se que os dados apontam para um maior crescimento dos serviços de educação superior no sector privado, comparativamente ao sector público. Outro

aspecto a destacar é a existência de um maior número de institutos superiores em relação às universidades.



Universidades - 9; Institutos - 20; Escolas - 2; Total IES (Públicas/Privadas) - 49

FIGURA 3 - Comparação entre Instituições Públicas e Privadas

Esta tendência da expansão do ensino superior não universitário encontra respaldo nas recomendações do Banco Mundial (SANTOS (2005); Catani e Sguissard (2000)) sobre a necessidade da diferenciação institucional como política de expansão do ensino superior para os países da periferia do capitalismo. De acordo com o Banco Mundial, para a África, por exemplo, a educação superior apenas se centra no ensino, pelo que, não seria sensato a criação de universidades centradas no ensino, pesquisa e extensão. Além dessa concepção, o Banco Mundial também sustentava que os estados africanos afectados pela crise fiscal aliada aos altos índices de retornos do investimento individual na educação superior, deveriam criar Instituições de Ensino Superior menos onerosas: Institutos Superiores, Institutos Politécnicos e Escolas Superiores (GONÇALVES, 2018).

Contudo, a partir do ano 2019, a Universidade Pedagógica, a única com presença em todas as 11 províncias de Moçambique, foi desmembrada, levando à criação de mais quatro novas Universidades Públicas. Outra acção do Estado moçambicano, no mesmo ano, foi a fusão entre o Instituto Superior de Relações Internacionais e o Instituto Superior de Administração Pública, com a criação de uma nova Universidade Pública. No

total, foram criadas cinco novas Universidades Públicas, passando de quatro para nove. O gráfico, Figura 4 ilustra a realidade do ensino superior, até 2020.

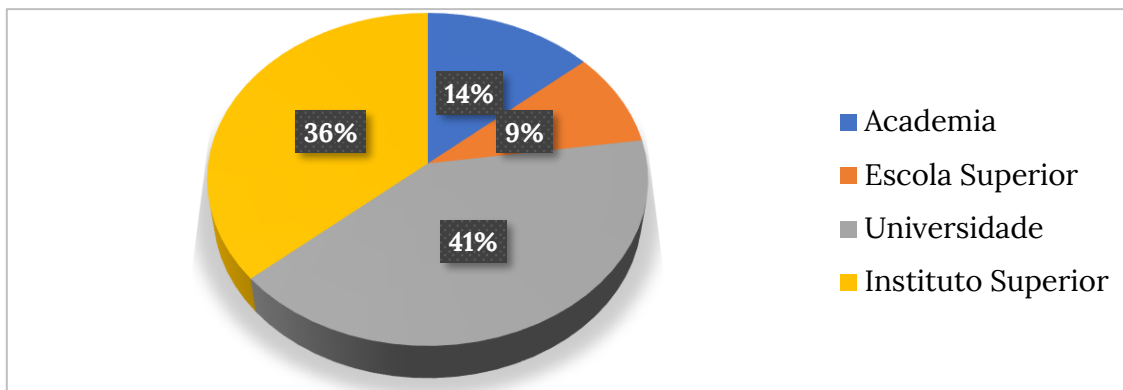


FIGURA 4 - Instituições Públicas de Ensino Superior em Moçambique

Se até 2015 a percentagem dos Institutos Superiores era maior em relação as universidades, em 2020 essa relação mudou: de 56%, os Institutos Superiores passaram a constituir 36% no total das IES públicas, como consequência da extinção do ISRI e do ISAP. Mesmo assim, a percentagem das IES não universitárias continua sendo superior em relação as universitárias.

Em relação às IES privadas, a preponderância é para os Institutos Superiores, em detrimento das universidades. Tal facto pode estar relacionado com a lógica neoliberal que predomina no campo da educação superior, nestes tempos marcados pela sua mercadização tal como sublinha Santos (2005). Orientadas pela lógica do mercado, boa parte dos proponentes das IES privadas não possuem condições em termos de recursos materiais e humanos para atender às exigências de uma universidade, optando pelos Institutos Superiores e Escolas Superiores, com maior concentração no domínio das Ciências Sociais Humanas e Aplicadas. O gráfico, Figura 5 ilustra a distribuição das IES privadas por tipologia.

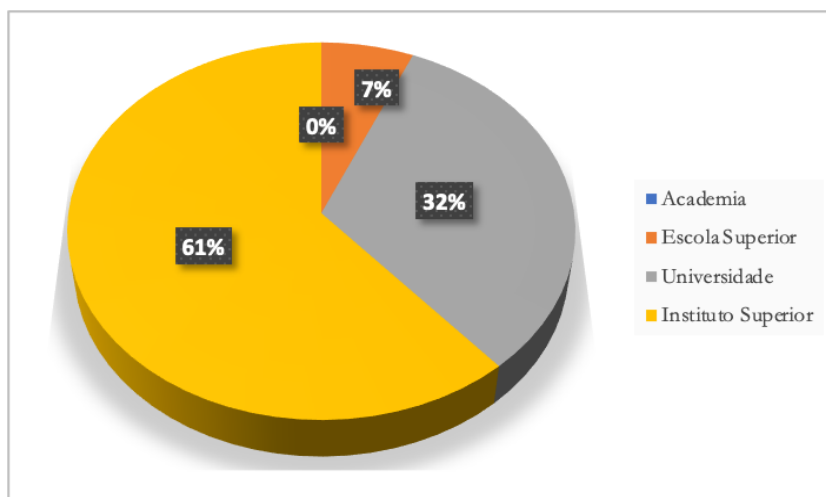


FIGURA 5 - Instituições Privadas do Ensino Superior em Moçambique

Comparando a distribuição das IES, mesmo com as acções do Estado moçambicano, em 2019, que aumentou o número de universidades, o que se pode depreender é que as IES privadas, tanto universitárias quanto as não universitárias, principalmente os institutos superiores, são numericamente superiores em relação às IES públicas, como se pode verificar no gráfico, Figura 6.

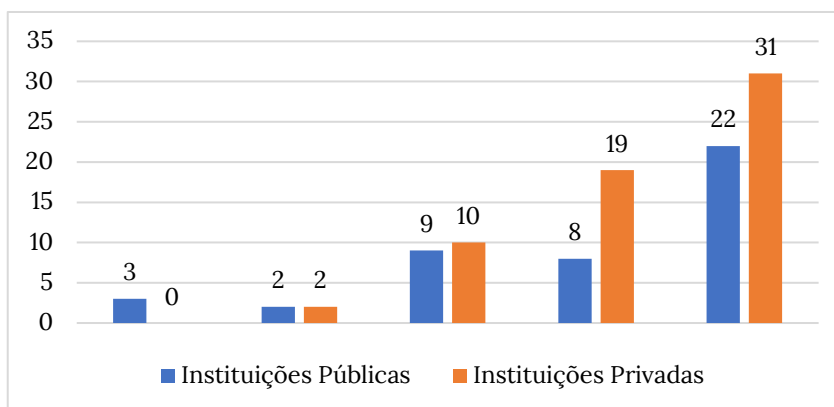


FIGURA 6 - Comparação entre Instituições Públicas e Privadas

Porém, o facto das IES privadas serem em maior número não significa que elas possibilitam o maior acesso. A maior parte da população que constitui o universo estudantil do ensino superior moçambicano está concentrado nas instituições públicas. Até 2015, essas instituições possuíam duas vezes mais estudantes do que todas as IES privadas. A Universidade Pedagógica era, entre as instituições públicas, a que possuía o maior número de estudantes, com cerca de 55.000 (cinquenta e cinco mil estudantes matriculados), seguida pela Universidade Eduardo Mondlane, com cerca de 40.000

(quarenta mil estudantes). Entre as instituições privadas, o destaque vai para a Universidade Católica que possuía, até 2015, cerca de 20.000 (vinte mil estudantes). Dados de 2018, os únicos disponíveis até a realização da presente pesquisa, indicavam que estavam matriculados em todo subsistema do ensino superior um total de 213.930 estudantes, dos quais 131.410 nas IES Públicas e 82.520 nas IES privadas.

Diante deste cenário do ensino superior em Moçambique, pergunta-se: qual foi a contribuição da Universidade Eduardo Mondlane para o desenvolvimento deste nível de ensino? É sobre esta temática que nos ocuparemos na segunda parte do nosso trabalho. Para alcançarmos o nosso objectivo, recorreremos à análise do depoimento em entrevistas com algumas das individualidades que estiverem directamente envolvidos na educação e no ensino superior moçambicano, de um modo específico.

4. Contribuição da UEM para o ensino superior

A magnitude do ensino superior descrita na secção anterior, em grande parte, presta o seu tributo à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que ostenta título de Universidade *Mater* – a Universidade- mãe. Não se pode falar do Ensino Superior em Moçambique sem se falar da Universidade Eduardo Mondlane, uma opinião partilhada pelos Professores Carlos Machili (antigo Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo), Bhangi Cassy (antigo Reitor da UniZabeze) e o Mestre Ivan Collinson (Membro da Comissão para a Instalação da UniLúrio), entrevistados em 2021, no âmbito deste artigo. A Universidade Eduardo Mondlane contribuiu para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique tanto sob ponto de vista humano, financeiro e material, sempre que se mostrou necessário, como será descrito ao longo das próximas páginas.

O nosso diálogo, nas próximas páginas, será feito com o Prof. Carlos Machili⁴. Para este intelectual, no sentido gramsciano do termo, mais do que falar da contribuição para o ensino superior, a Universidade Eduardo Mondlane insere-se, de um modo mais amplo, na esteira e nos ideais do seu patrono – Eduardo Chivambo Mondlane – constituindo-se na matriz da continuidade do *Education Project for Mozambique*⁵. De acordo com o Prof. Carlos Machili, este projecto foi elaborado com apoio de Janeth Mondlane e do Prof. Elvis

⁴ Foi Reitor da Universidade Pedagógica de Moçambique, de 1997 a 2007.

⁵ Sobre o *Mozambique Education Project*, são escassas as informações e, no âmbito deste trabalho, dadas as limitações, não nos foi possível aprofundar. Pesquisas posteriores precisam de serem feitas para maior conhecimento e aprofundamento em relação à natureza e conteúdo deste projecto.

Mulsivesis e cuja materialização se deu pela implantação do Instituto Moçambique na República Unida da Tanzânia, ainda na década 60, durante a luta de libertação nacional do colonialismo português. Ou seja, a Universidade Eduardo Mondlane, a partir do *Education Project for Mozambique*, contribuiu para o desenvolvimento da educação moçambicana, no geral, e para a educação superior, de um modo específico, que é o cerne do presente artigo. Por isso, iniciamos com considerações sobre a UEM, a educação, de um modo geral, para depois adentrarmos nas contribuições desta universidade e para o ensino superior, de um modo específico.

4.1. Mozambique Education Project: ideias fundamentais

O projecto em referência, de acordo com o Prof. Carlos Machili, pretendia fazer uma reforma moral e intelectual, através da crítica à educação colonial. Foi assim, na esteira do *Education Project for Mozambique* que, enquanto se implantava o Instituto Moçambicano, até 1964, cerca de 85 moçambicanos estavam a frequentar o ensino superior fora do País. Ante os conflitos que se registraram no Instituto Moçambicano e que são referenciados por Bundia Gómez (1999) e Gonçalves (2005 e 2015), o *Education Project for Mozambique* foi continuado na Escola Secundária de Bagamoyo, também na Tanzânia, pelo que a morte de Eduardo Mondlane, em 1969, segundo a nossa fonte, não significou a morte do seu projecto educacional. O alcance da independência de Moçambique, em 1975, em termos educacionais, significou, oficialmente, a necessidade de ruptura com a lógica e os fundamentos da educação colonial para se erigir uma educação moçambicana a serviço dos moçambicanos, o que significava um amplo processo de reforma moral e intelectual. É assim que, na esteira do *Education Project for Mozambique*, cuja implementação havia começado em Dar-es-Salam, seja através das bolsas de estudo, seja no Instituto Moçambicano e, mais tarde, na Escola Secundária de Bagamoyo, aquele projecto, no dizer do Prof. Carlos Machili, foi retomado e, a partir deste, se concebeu o Sistema Nacional de Educação. Quando, em 1976, a então Universidade Lourenço Marques foi transformada em Universidade Eduardo Mondlane. Em causa não estava apenas a mudança de denominação, mas sim, a necessidade efectiva de se implementar o ideal de Eduardo Mondlane, subjacente ao *Education Project for Mozambique* (CARLOS MACHILI, entrevista, 2021), pelo que a Universidade Eduardo Mondlane se afigurou como continuação do projeto de Mondlane, tornando-se no eixo de recrutamento e formação dos intelectuais, no sentido gramsciano do termo, para as

tarefas da defesa, consolidação e manutenção da soberania conquistada, condições nas quais se assentava o futuro de Moçambique. Diante do contexto sombrio da Guerra Fria, na esteira da visão do seu patrono, a Universidade tornou-se, também, centro de reflexão sobre os eventos que marcavam a África Austral nos anos 80 do século XX, isto é, a intensificação do Apartheid na África do Sul, por um lado, e as vozes que se levantavam em prol da libertação de toda a África, do sistema colonial e imperialista, por outro lado. É para responder a este desafio que foi criado o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e dirigido por Aquino de Bragança, apesar da corrente neoliberal que mais tarde se instalou neste centro, levando-o a perder o seu foco que era o de elaborar e difundir o pensamento contra-hegomónico na luta intelectual contra o capitalismo e o imperialismo.

4.2. A UEM e o Mozambique Education Project

Em relação ao *Mozambique Education Project*, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), de acordo com o nosso entrevistado, tornou-se no principal centro difusor do modo de pensar, na principal instância de formação dos intelectuais orgânicos 'para a efectivação da reforma intelectual e moral, fundamental para a consolidação das conquistas da independência. O primeiro dirigente da Universidade Eduardo Mondlane, neste caso, o Reitor Fernando Ganhão, de acordo com o Prof. Carlos Machili, entendeu que, tudo quanto estava ao seu alcance, deveria fazer pela Universidade, para que o projecto de Eduardo Mondlane vencesse. É assim que foi criada, por exemplo, a Faculdade de Educação que, além de formar os professores para o ensino secundário, também se tornou no centro das discussões pedagógicas no País.

Uma das preocupações de Eduardo Mondlane, segundo o Prof. Carlos Machili e que constam do *Education Project for Mozambique*, era o de lançar o desenvolvimento económico do Moçambique independente. Em 1981, foi concebido o Plano Prospectivo Indicativo (GONÇALVES, 2005), um projecto que assumia vencer o subdesenvolvimento em 10 anos. Retirando o debate ideológico subjacente ao projecto e sobre a possibilidade real de se alcançarem os objectivos nele preconizados dentro de tempo estipulado, considerando as condições do País, por um lado, e o contexto em que se vivia, por outro lado – guerra de desestabilização, reflexo da Guerra Fria entre as potências em conflito – a UEM teve uma efectiva participação no processo de elaboração deste plano. A instituição enviou os seus estudantes para todos os distritos de Moçambique a fim de

procederem ao recenseamento da população, fundamental para o processo de planificação de que resultou o Plano Prospectivo Indicativo. Ainda no âmbito do projecto económico de Eduardo Mondlane, de acordo com o Prof. Carlos Machili, a gestão de Moçambique independente precisaria de novas técnicas de gestão bem como de pessoal qualificado em matérias de economia.

A Universidade Eduardo Mondlane, comprometida com a causa nacional, não somente concebeu técnicas de gestão, bem como procedeu à formação dos primeiros economistas moçambicanos para a gestão do País. É no processo de formação dos intelectuais orgânicos para a reforma moral e intelectual de que o País precisava para a consolidação e manutenção da soberania, no contexto da ruptura com a visão colonial da educação, que foram trazidos jovens da periferia e dos diferentes estratos sociais para ingressarem na Universidade Eduardo Mondlane. A Instituição de Ensino Superior estava vinculada à realidade do País, pelo que a formação dos intelectuais do novo Moçambique constituía a sua principal preocupação, desde o alcance da independência. De um modo geral, pode-se afirmar que a formação de professores para atender às demandas da educação do pós-independência constitui-se num dos principais compromissos sociais e políticos da UEM entre os anos 1977 e 1983. A Faculdade de Educação desta universidade foi a unidade orgânica responsável pela implementação do *Education Project for Mozambique* que, a par da formação de professores para o todo o Sistema Nacional de Educação, também garantia a ligação entre a universidade e a sociedade. A participação da Universidade Eduardo Mondlane na implementação do Sistema Nacional da Educação foi igualmente referida pelo Professor Bhangi Cassi⁶, sublinhando que, um dos factos que atestam este comprometimento, foi a transferência do então Director Académico, nos meados de 1982, o Prof. Carlos Beirão, para Director Nacional de Formação de Quadros no Ministério da Educação. Mais tarde, é nomeado Vice-Ministro da Educação, em que uma das suas principais tarefas era a de responder pela dimensão pedagógica do Sistema Nacional de Educação. Ademais, refere o Professor Bhangi, entre a Universidade e o Ministério de Educação na época, havia uma relação de coordenação, na qual a UEM servia de consulta para a implementação da política da educação.

⁶ Professor da Universidade Eduardo Mondlane. Foi presidente da Comissão Instaladora da Universidade Zambeze. Entrevista concedida a 24 de Março de 2021.

No entanto, partir dos anos 90, com a preponderância do discurso e o facto neoliberal, inicia o discurso da qualidade em que um dos efeitos foi a implementação do exame de admissão como condição de acesso à universidade, o que levou a exclusão educacional das maiorias sociais e, assim, a distorção do *Education Project for Mozambique* (CARLOS MACHILI, entrevista, 2021). Muito antes do dilúvio do discurso neoliberal, em 1983 ante a crescente demanda por professores para o todo o Sistema Nacional de Educação, por um lado, e dada às limitações da Faculdade de Educação da UEM em atender a essas demandas⁷, por outro, inicia o debate sobre a necessidade de libertar esta instituição de se focalizar na educação no sentido restrito, para se ocupar de outras dimensões da academia. Conforme explica o Professor Bhangy Cassy, o argumento era de que a necessidade de formar professores estava a aumentar e não podia se cingir a uma única faculdade da UEM.

É dentro deste contexto que surge a ideia da criação de uma Instituição de Ensino Superior dedicada exclusivamente à formação de professores, o Instituto Superior Pedagógico (ISP)⁸. A concepção e a implantação deste novo projecto teve uma efectiva participação da Universidade Eduardo Mondlane, tanto a nível de recursos humanos bem como de recursos pedagógicos, dado o facto de que: a) até então, a UEM era a única referência de ensino superior em Moçambique; b) existia a Faculdade de Educação com a experiência acumulada na dimensão pedagógica e desenho curricular; c) concentração de profissionais da educação com experiência e qualificação profissional requeridas para a gestão da nova instituição de ensino superior. Nas próximas páginas, vamos nos ocupar da contribuição da UEM no desenvolvimento do ensino superior em Moçambique, a partir da experiência do Instituto Superior Pedagógico e de outras IES públicas.

5. UEM e o desenvolvimento do ensino superior público: os casos do ISP, Unilúrio e UniZambeze

Por razões históricas ligadas ao processo de colonização, cuja lógica foi de exclusão educacional para as maiorias sociais, o ensino superior foi um evento tardio em Moçambique, com a criação de uma única IES em 1962, dentro da lógica da revolução passiva: era necessário sinalizar, ante o nacionalismo africano que exigia a independência

⁷ As limitações da Faculdade de Educação da UEM devem-se ao facto do número de estudantes graduados ser inferior às necessidades do sistema nacional de educação.

⁸ Transformado em Universidade Pedagógica, em 1995.

das colónias, que algumas mudanças estavam ocorrendo dentro do sistema colonial português, pese o facto de tais mudanças nunca visarem a real transformação social, mas sim manter o *status quo*. Foi no seio dessas mudanças que as designamos de revolução passiva, um termo emprestado de Gramsci (2004), que foram criados os Estudos Superiores de Moçambique em 1964, transformados em Universidade Lourenço Marques e, aquando da independência de Moçambique, a partir de 1976, passou a ser designada por Universidade Eduardo Mondlane. Essa denominação da até então única instituição de ensino superior do País, como foi explicado na secção anterior, não foi aleatória. Além do patrono ser um dos poucos moçambicanos que à altura possuía o grau de Doutor, foi um dos principais arquitectos da unidade nacional, tendo concebido o *Education Project for Mozambique* como parte integrante do projecto político que visava a independência nacional: era necessário preparar os intelectuais do novo tipo que assumiriam a tarefa de gestão do País, assim que se alcançasse a independência. A implementação do *Education Project for Mozambique* iniciou, ainda, no processo de luta de libertação através de várias acções que, também, já foram descritas na secção anterior, pelo que, a atribuição de nome “Eduardo Mondlane” à Universidade Lourenço Marques não somente homenageava o patrono como também era uma forma de simbólica e efectivamente dar seguimento ao *Education Project for Mozambique*. No entanto, além da educação no geral, a Universidade Eduardo Mondlane contribuiu, de um modo específico, para o ensino superior, participando na definição da Política de Ensino Superior do País:

Eu lembro-me de ter discutido o grande projecto que iniciou no ministério que superintende o ensino superior relativo à informatização, a experiência da informatização dos caminhos foi parte da UEM. Contribuição no Conselho Nacional de Bolsas de Estudo porque a UEM é a instituição que mais bolseiros tem alojados e não só, com média anual entre 1500 a 1800 bolseiros (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021)⁹.

As circunstâncias históricas, conforme é referido na proposta das linhas gerais de Sistema Nacional de Moçambique, isto é, o baixo número de graduados do ensino secundário (embora discutível) ditaram a não expansão territorial da UEM. Por isso, não se pode falar do Ensino Superior em Moçambique, sem se falar da Universidade Eduardo Mondlane: esta é a *Alma Mater*, a matriz do ensino superior em Moçambique, fundamental para a serenidade política necessária para a expansão do ensino superior em Moçambique, a

⁹ Docente da Universidade Eduardo Mondlane. Integrou a equipa da Comissão Instaladora da Unilúrio.

partir de 1985, com a diversificação institucional, consubstanciada através da criação de uma instituição de ensino Superior não universitária, o Instituto Superior Pedagógico.

Implantado sob tutela do Ministério da Educação, a experiência da UEM na criação deste instituto foi garantida, dentre as várias formas, pela alocação de recursos humanos provenientes desta universidade, na pessoa do seu primeiro dirigente, o Professor Doutor Aniceto dos Muchangos¹⁰. Para além de recursos humanos, a Universidade Eduardo Mondlane contribuiu com o seu saber pedagógico, a partir da Faculdade de Educação, na organização da nova Instituição de Ensino Superior:

Todos os programas foram desenhados pelos professores da Faculdade de Educação da UEM. Os alemães foram responsáveis pela lecionação, mas os programas eram da Faculdade de Educação (FACED) e a base era da UEM. O que aconteceu foi a passagem do Bacharelato para a Licenciatura, financiado pelos Russos (Ex-URSS) (BHANGY CASSY, entrevista, 24 de Março de 2021).

O facto reforça a tese segundo a qual a UEM é a *Alma Mater* do ensino superior em Moçambique, pelo que a expansão de boa parte das Instituições de Ensino Superior, principalmente públicas, se não contaram com a presença efectiva de recursos humanos provenientes desta instituição, os seus programas curriculares bem como os documentos normativos tiveram ou foram elaborados por docentes da UEM. Ou tiveram inspiração nos programas e documentos normativos da UEM “para mostrar que grande parte dos quadros de instituições públicas saíram da UEM e continuaram ligadas a esta instituição. Sobre os *currícula*, alguns não foram transferidos e apenas contribuíram na concepção dos currículos” (BHANGY CASSY, entrevista, 24 de Março de 2021). Um outro entrevistado no âmbito desta pesquisa sublinhou essa participação da UEM na organização pedagógica e administrativa das Instituições de Ensino Superior no País:

De alguma forma, algumas instituições se parecem com a UEM. Eu cheguei a ouvir isto na UniZambeze. A estrutura de funcionamento e orgânica da instituição são parecidos. Houve importação dos modelos de governação, graças a colaboração de várias gerações de dirigentes da Universidade que já tivemos (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021).

Sobre a expansão do ensino superior público, depois da criação do Instituto Superior Pedagógico em 1985, e que, em 1995, se transformou em Universidade Pedagógica, o País

¹⁰ Foi o primeiro moçambicano a obter o Grau de Doutor após a independência de Moçambique, Reitor da Instituto Superior Pedagógico e, mais tarde, Ministro da Educação.

registrou um período de cerca de 20 anos de estagnação na expansão do ensino superior público. Quando retomou o processo de expansão, mais uma vez, a Universidade Eduardo Mondlane foi chamada a dar a sua contribuição, como foi o caso da criação da Universidade Lúrio e Universidade Zambeze.

Embora a composição das comissões instaladoras destas duas universidades públicas¹¹, criadas em 2007 e 2009, respectivamente, integrassem individualidades de outras instituições, além dos quadros da UEM, no entanto, no processo de execução do plano de criação de tais instituições, a esta Universidade teve um papel preponderante. Em relação à Unilúrio, por exemplo, tratava-se da primeira Instituição de Ensino Superior Público cuja Reitoria estaria fora da Cidade de Maputo, o que, à partida, segundo a estrutura de governação política e a dinâmica do desenvolvimento assimétrico do País, se afigurava como um desafio. Não era somente o conforto da cidade de Maputo que estava em causa, mas sim, toda uma lógica de acesso à informação e de centro de tomada de decisões, cuja proximidade com a capital do País possibilitaria a viabilização de uma série de processos. E esta decisão de implantar uma universidade de raiz fora da Cidade de Maputo não colheu consensos dentro dos corredores de tomadas de decisões, havendo dissuasões nesse sentido:

Houve um debate sobre os constrangimentos de se colocar uma Reitoria lá. fomos aconselhados a não fazer isso, num primeiro momento, devido às implicações financeiras e sob ponto de vista administrativo: nomeação presidencial e subordinação provincial à Direcção de Finanças (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021).

A política de expansão do ensino superior público, que visava garantir o maior acesso ao ensino superior, perspectivava a regionalização da universidade pública e não a expansão territorial da Universidade Eduardo Mondlane. Por isso, o projecto de criação da UniLúrio deu o seu seguimento e a sensibilidade de governantes na província de Nampula quanto ao apoio do Ministério de Educação foram fundamentais para o sucesso do projecto:

Provavelmente, por causa da visão do governador que, também, era professor da UEM e o Reitor que era uma pessoa simples. Foi graças a esse bom relacionamento e entendimento sobre o qual era a posição de uma reitoria e de uma universidade sem ir além do seu âmbito de actuação que, em quatro anos, foram instaladas quatro faculdades da Unilúrio. Também,

¹¹ As comissões instaladoras foram nomeadas em 2005 e 2006, respectivamente.

foi graças ao apoio directo do Ministro da Educação e da Direcção de Finanças (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021).

Ultrapassado o constrangimento político-administrativo, a implantação da UniLúrio deparou-se com outras contrariedades, para cuja solução, a UEM, como *Alma Mater*, se fez presente. Como elucida Ivan Collinson, a UniLúrio foi concebida para oferecer cursos nas áreas das ciências exactas e da terra, mas a comissão instaladora não dispunha de especialistas nessas áreas e muito menos de especialistas em desenho curricular. Outro facto com que se deparava a comissão instaladora tinha a ver com a decisão sobre a filosofia de ensino da instituição, para além dos docentes que iriam fazer parte dos primeiros professores da instituição. Também, “não tínhamos conhecimentos sobre fichas de inscrição e de aspectos organizacionais do registo académico” (*Ibdem*). Qual foi a solução?

A solução foi recorrer à Universidade Eduardo Mondlane, concretamente na pessoa do Professor Doutor Carvalho Madivate, que foi Director Pedagógico da UEM, para explicar como funciona uma faculdade, como se organizam os horários, assim como o impacto nos salários. Em face da solicitação dos membros da comissão instaladora da UEM, o então Director Pedagógico facultou:

[...] um documento que foi histórico da UEM, que hoje foi substituído pelo Manual de Procedimentos de Gestão do Processo Pedagógico: Regulamento de Instituições Pedagógicas, que começa desde o chefe de turma e vai até o nível de Vice-Reitor Académico. Era um documento empoeirado que o Professor Mandivate localizou e disse que nos organizássemos inspirando-se nesse documento (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021).

A comissão instaladora, com base no documento facultado pela UEM, estruturou-se em termos organizacionais. “foram criadas as Direcções de Recursos Humanos, Direcção de Finanças e Património, porque precisávamos de pô-las a funcionar. Pusemos depois a funcionar a Direcção Pedagógica e o Registo Académico foi um dos primeiros, uma vez que precisávamos de admitir pessoas. Começou em Junho de 2006 e, em Fevereiro de 2007, tinha de começar a funcionar” (*Idem*). Como *Alma Mater*, a contribuição da UEM para a implantação e funcionamento da UniLúrio não parou nesta dimensão organizacional. A nova IES ressentiu-se da necessidade de uma Direcção de Recursos Humanos à altura que, por sua natureza, difere da forma de dirigir recursos humanos de uma direcção distrital. Para superar este constrangimento e garantir o sucesso do projecto, “pedimos, também, o apoio da UEM e um colega da Direcção dos Recursos

Humanos foi assumir essa pasta”. À medida que as necessidades de gestão da nova instituição se avolumavam, por um lado, e a falta de pessoal com experiência de gestão de uma IES nos seus mais diversos aspectos, por outro lado, a Universidade Eduardo Mondlane revelou-se como solução:

[...] à medida que o tempo passa, começa a sentir-se a necessidade de ter as coisas organizadas sob ponto de vista legal. Embora haja muitos juristas formados pela UCM em Nampula, mas no que diz respeito ao Direito Aplicado ao Ensino Superior, o Direito da Educação, há poucas pessoas com essa sensibilidade. Então, pedimos também à UEM e o Padre Couto foi muito generoso, sendo que, igualmente, um colega da UEM foi assumir essa pasta (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021).

Trata-se do Mestre Evélio Banze, cuja presença nos anos iniciais do funcionamento da UniLúrio, contribuiu, de forma significativa, para organização da Universidade. Como sublinha Collinson,

[...] nós tínhamos o Conselho Universitário a funcionar, mas depois chega uma pessoa com aquele espólio todo e começa a dizer que, está bem, até agora vocês fizeram as coisas dessa forma, mas, de hoje em diante, as coisas passam a ser assim. Ele organizou tudo, desde o estatuto da Universidade revisto até ao nível de missivas formais (IVAN COLLINSON, entrevista, 19 de Março de 2021).

Foi, portanto, através de recursos humanos, recursos financeiros e sua experiência que a Universidade Eduardo Mondlane contribui para a implantação e funcionamento de mais uma IES pública no País, no âmbito dos esforços do Governo na expansão do ensino superior, passados quase 20 de estagnação (GONÇALVES, 2018). Além da UniLúrio, a UEM teve uma efectiva contribuição na criação e funcionamento da Universidade Zambeze, situada no centro do País. Orientada para os cursos das áreas da saúde, tecnologias e das ciências da terra e agrárias, conforme explica o Professor Bhangy Cassy, somente a experiência da UEM é que poderia ser útil para o tipo de curso que a UniZambeze pretendia tomar. Porém, não foram os tipos de cursos para que a presidência da comissão instaladora tenha sido confiada a um docente sénior da UEM, mas sim,

[...] por causa do papel que a UEM desempenhou e o estatuto que tem na sociedade, primeiro, por ser a universidade mais antiga e que toda as outras IES, públicas e privadas, inspiraram-se na UEM. Ou, o Governo, através do MCT, na criação dessas instituições, inspirou-se na experiência acumulada da UEM e que contou para responsabilizar a UEM a encontrar as pessoas que poderiam seguramente contribuir melhor para a abertura das várias instituições, neste caso particular, a UniZambeze (BHANGY CASSY, entrevista, 24 de Março de 2021).

O relato do Professor Bhangy Cassy reforça o argumento do Prof. Carlos Machili sobre o lugar da UEM no rol das Instituições de Ensino Superior: a *Alma Matter* é fonte de inspiração para as demais IES. Ou seja, “a UEM foi, também, chamada por causa da universalidade dos cursos que são oferecidos, enquanto que a outra instituição, que é a UP, a quem se podia recorrer, desenvolveu mais cursos na área de ensino. A UEM é, até hoje, a única universidade que têm espaço para todo o tipo de formação” (BHANGY CASSY, entrevista, 24 de Março de 2021).

A UEM, ciente da sua responsabilidade histórica sobre a educação superior no País, apoiou na criação da UniZambeze com recursos humanos, financeiros e infra-estruturas. Em termos de recursos humanos, por exemplo, além do Presidente da Comissão Instaladora, que mais tarde veio a ser o primeiro Reitor da UniZambeze, os primeiros directores das faculdades foram docentes da UEM, que trabalharam para a UniZambeze, em regime de destacamento: nomeados pelo Reitor da UEM para o cargo de Director, mas exercendo as suas funções na UniZambeze, um recurso que visava flexibilizar o funcionamento da nova Instituição de Ensino Superior, enquanto se tramitava o processo burocrático e administrativo para se conformar com as normas previstas na função pública. Em termos de infra-estruturas, por exemplo, na Cidade da Beira funcionava uma Delegação da Faculdade de Direito de UEM. No processo de criação da UniZambeze, a Universidade Eduardo Mondlane doou todo o seu património humano e material para a nova instituição, facto que contribuiu, sobremaneira, para minimizar os custos de implantação da UniZambeze: “todos os que eram funcionários, docentes e CTA na Beira, como Delegação da Faculdade de Direito, passaram a servir a UniZambeze durante todo este tempo” (BHANGY CASSY, entrevista, 24 de Março de 2021).

Como se pode depreender, a UEM é e continua a ser uma referência para o Ensino Superior em Moçambique, participando, activamente, no desenvolvimento deste nível de ensino, seja através da criação de novas Instituições de Ensino Superior, quer públicas, quer privadas, seja também através de criação de procedimentos pedagógicos e administrativos, que serviram e têm servido de exemplo e inspiração para a organização pedagógica e administrativa de muitas instituições de ensino superior em Moçambique. Sobre o ensino privado, embora neste trabalho não tenhamos feito uma pesquisa junto dessas instituições, a UEM contribuiu para o seu desenvolvimento, ao referenciar, no seu regulamento de carreira docente, o princípio de não exclusividade dos seus docentes a

tempo inteiro na relação laboral com a instituição. Ao legislar nestes moldes, a UEM, em termos legais, dava as bases para que os seus docentes contribuíssem para o funcionamento das Instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, na condição de docentes contratados e mesmo como dirigentes dessas instituições que nasciam, mas sem recursos humanos com qualificação e experiência na carreira docente. Pode-se citar o caso do ex-Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), hoje Universidade A Politécnica, cujo fundador e primeiro Reitor foi docente da UEM e o actual Reitor, o Prof. Doutor Narciso Matos, foi o terceiro Reitor da história da UEM; do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique, dirigido pelo Prof. Doutor Paulo Ivo Garrido; da Universidade Técnica de Moçambique, cujo primeiro Reitor, que organizou os processos pedagógicos e administrativos, foi o primeiro Reitor da UEM, Fernando Ganhão, coadjuvado, em termos académicos, pelo Prof. Doutor Adriano Nuvunga, docente da UEM; o ex-Instituto Superior de Tecnologias e Gestão, actual Universidade Wutivi, cujo primeiro Reitor foi o Prof. Doutor Brazão Mazula e que, também, foi Reitor da UEM; e, de 2013 a 2021, esta instituição foi dirigida pelo Prof. Doutor Inocente Vasco Mutimucuiu, docente da Faculdade de Educação da UEM. É esta mobilidade de docentes da UEM que ajudou e continua a ajudar no desenvolvimento do Ensino Superior em Moçambique. Paradoxalmente, esta prática leva a que estes sejam chamados de “professores-turbo”, uma designação pejorativa que tende a imputar a suposta fraca qualidade do ensino superior a essa presença de docentes, de forma simultânea, nas outras instituições de ensino superior. Foi, entretanto, graças à dita turbulência que o ensino superior está sendo implantado e a está a desenvolver-se em Moçambique.

6. Considerações finais

Neste texto, o nosso propósito foi o de registar, através de uma pesquisa qualitativa e documental, o contributo da UEM para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique. Cientes das limitações que um tal empreendimento apresenta, considerando o contexto da pandemia da COVID-19 que assola o País e o mundo, em que o acesso às fontes documentais está limitado, o conteúdo da fala dos entrevistados sinaliza a relevância desta universidade, no campo da educação, em geral, e na área da educação superior, em particular. As vicissitudes históricas dos primeiros anos da independência e as marcas da época colonial fizeram com que a UEM se tornasse na única Instituição de Ensino Superior no País, por um período de cerca de 10 anos. Este facto

significou e continua a significar uma maior responsabilidade histórica da UEM para com a sociedade e educação em Moçambique. Nesta instituição, estava e continua acumulada a experiência de gestão da educação superior no País, um facto que ficou evidente nas intervenções dos entrevistados. Esta experiência acumulada é o que garante a serenidade política para a implementação das políticas de expansão do ensino superior público, tendo a UEM como referência teórica e prática, facto consubstanciado no actual estágio do desenvolvimento do Ensino Superior em Moçambique: a UEM é a *Alma Mater*.

Referências

BUENDIA, G. M. **Educação moçambicana**: História de um processo. Maputo: imprensa universitária, 1999.

COMITINI, C. **A Africa arde. a luta dos povos africanos pela liberdade**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 10, n. 21, p. 92-101, Jan./Abr. 2000.

GRAMSCI, A. “Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo”. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 2.

GONÇALVES, A. C. P. O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 37-57, Mar. 2018.

_____. **Educação Politécnica e Escola do Trabalho em Moçambique**: Novas e velhas falácias pedagógicas. Maputo: CEC, 2015.

_____. **Concepção da Educação Politécnica em Moçambique**: contradições de um discurso socialista. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Decreto-lei n.º 44530, de 21 de Agosto de 1962. Cria nas províncias de Angola e de Moçambique os Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa, dispondo sobre o respectivo pessoal docente, cursos a ministrar e comissões instaladoras. Lisboa: Diário do Governo n.º 191/1962, Série I de 21 de Agosto de 1962.

MINISTÉRIOS DO ULTRAMAR E DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Decreto n.º 48790, de 23 de Dezembro de 1968. Determina que os Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique passem a ter a designação, respectivamente, de Universidade de Luanda e de Universidade de Lourenço Marques. Lisboa: Diário do Governo n.º 301/1968, Série I de 23 de Dezembro de 1968.

MOÇAMBIQUE. República Popular. **Sistema Nacional de Educação**. Linhas Gerais e Lei n.º 4/83. Maputo: Minerva Central, 1985.

_____. Decreto n.º 1/86, de 05 de Fevereiro de 1985. Cria na cidade de Maputo, o Instituto Superior de Relações Internacionais (I. S. R. I). Maputo: Imprensa Nacional, 1985. Boletim da República, I SÉRIE - Número 6, 1985.

MOÇAMBIQUE, República de. “Projeto de Lei de alteração à Lei n.º 4/83, de 23 de Março que aprova o Sistema Nacional de Educação”. Maputo: Assembleia da República, 1991.

_____. Lei 6/92 que altera o Sistema Nacional da Educação, reajustando as disposições nela contidas. Maputo: Imprensa Nacional, 1992 Boletim da República, I série, n.º 19, 6 de Maio de 1992.

_____. Decreto n.º 13/95, de 25 de Abril de 1995, atinente à transformação do Instituto Superior Pedagógico para Universidade Pedagógica - U.P. Maputo: Imprensa Nacional, 1995. Boletim da República. I SÉRIE - Número 16 de 25 de Abril de 1995.

_____. Decreto n.º 43/95, de 14 de Setembro que autoriza a Conferência Episcopal de Moçambique, a criar a Universidade Católica de Moçambique, com sede na cidade da Beira, província de Sofala - UCM. Maputo: Imprensa Nacional. I SÉRIE - Número 45, 8 de Novembro de 1995.

_____. Decreto n.º 44/96 Autoriza a sociedade Instituto Politécnico Superior, Limitada, a criar uma instituição de Ensino Superior com a designação de Instituto Superior Politécnico- ISPU. Maputo: Imprensa Nacional, 1995. Boletim da República, I SÉRIE - Número 46, 15 de Novembro de 1995.

_____. Decreto n.º 46/96, de 08 de Novembro de 1996. Autoriza a SOPREL – Sociedade Promotora de Ensino e Serviços, Limitada, a criar uma Instituição de Ensino Superior com a designação de Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique- ISCTEM. Maputo: Imprensa Nacional. 1996. Boletim da República, I SÉRIE - Número 45, 08 de Novembro de 1996.

_____. Decreto n.º 32/99, de 04 de Junho de 1999. Autoriza a Transcom - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, SARL, a criar uma instituição de ensino superior com a designação de Instituto Superior de Transportes e Comunicações, abreviadamente ISTC. Maputo: Imprensa Nacional, 1999. Boletim da República, I SÉRIE - Número 21, 04 de Junho de 1999.

_____. Decreto n.º 42/2002, de 26 de Dezembro de 2002 Autoriza a ESM – Estudos Superiores de Moçambique, Limitada, a criar uma instituição de ensino superior designada Universidade Técnica de Moçambique – UDM. Maputo: Imprensa Nacional, 2002. Boletim da República, I SÉRIE - Número 52, 26 de Dezembro de 2002.

_____. Decreto n.º 29/2004, de 20 de Agosto de 2004. Autoriza a Arquidiocese de Maputo e a Fundação Cardeal Dom Alexandre dos Santos a criar a Universidade São Tomás de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional, 2004. Boletim da República, I SÉRIE - Número 33, 20 de Agosto de 2004.

_____. Decreto n.º 30/2005, de 23 de Agosto de 2005. Cria o Instituto Superior Politécnico de Gaza, abreviadamente designado por ISPG. Maputo: Imprensa Nacional, 2005. Boletim da República, I SÉRIE – Número 33, 23 de Agosto de 2005.

_____. Decreto n.º 31/2005, de 23 de Agosto de 2005. Cria o Instituto Superior Politécnico de Manica, abreviadamente designado por ISPM. Maputo: Imprensa Nacional, 2005. Boletim da República, I SÉRIE – Número 33, 23 de Agosto de 2005.

_____. Decreto n.º 50/2006, de 26 de Dezembro de 2006. Cria a Universidade Lúrio, abreviadamente designada UniLúrio. Maputo: Imprensa Nacional, 2006. Boletim da República, I SÉRIE – Número 51, 26 de Dezembro de 2006.

_____. Decreto n.º 22/2008 27, de Junho de 2008. Cria o Instituto Superior Politécnico de Songó, abreviadamente designado por ISPS e aprova os respectivos estatutos. Maputo: Imprensa Nacional, 2008. Boletim da República. I SÉRIE - Número 26, 27 de Junho de 2008.

_____. Decreto n.º 27/2008, de 1 de Julho de 2008. Cria a Escola Superior de Jornalismo e aprova os respectivos Estatutos Orgânicos. Maputo: Imprensa Nacional. Boletim da República, I SÉRIE - Número 26, 01 de Julho de 2008.

Le GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: por uma reforma emancipatória do ensino superior. São Paulo: Cortez, 2005.

SGUISSARDI, V. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 1, n. 1, 2000.

TAIMO, J.U. Ensino Superior em Moçambique. História, Política e Gestão. Tese de Doutorado. Piracicaba: UNIMEP, 2010.

Agradecimentos

Os autores deste capítulo expressam os seus agradecimentos aos Professores Doutores Bhangy Cassy, Aniceto dos Muchangos e Carlos Machili e ao Mestre Ivan Collinson, pelo tempo disponibilizado para darem o seu testemunho no processo de recolha de informações para este trabalho. Ao Mestre Evélio Banze, o nosso muito obrigado pelas sugestões de pessoas a quem poderíamos contactar para colher mais subsídios para a nossa empreitada.